

Holofotes sobre o Congresso

O deputado Paes de Andrade chegou da Espanha junto com o senador Nelson Carneiro, e ambos foram quase direto à reunião convocada pelo presidente do Congresso Nacional sobre o terror econômico, social e político. Mas o presidente da Câmara dos Deputados também encontrou instalação, ao chegar, um terror administrativo na Casa, com os deputados se debatendo sobre se derribavam ou não o duplo aumento que se autocomissionaram. "Encontrei reações ainda maiores nos deputados, que nos jornais que pude ler", comentou Paes de Andrade, anotando sua preocupação.

Até que o Congresso Nacional tem cumprido seus compromissos, num nível razoável de prazos. Todo parlamento do mundo registra faltas de seus integrantes. Outro dia esteve no Brasil uma missão de senadores norte-americanos para inspecionar a proclamada dizimação da Amazônia. Outra missão de senadores, mais branda, sem falar em dizimação, veio logo após a outra. Mas nenhum senador, ao voltar ao Capitólio em Washington, encontrou seus contracheques com descontos, como aqui fez o senador Nelson Carneiro, em nome da moralidade.

O problema está mais nas convicções do parlamentar do que na tradição da instituição. O parlamentar de hoje é focalizado em todos os seus passos por holofotes aqui postos por toda a sociedade. Quando elaborou a Constituição, eram os trabalhadores, através do Diap, que elegia os de maior li-

gação com as causas trabalhistas. Ou eram banqueiros e multinacionais de outro lado tentando inserir suas versões constitucionais. Os banqueiros acabaram sendo salvos por um deputado comunista — Roberto Freire — e um notável do antigo "Centrão" — Ricardo Fiúza — acabou dando o tom conciliatório à reforma agrária.

Esse Congresso difuso é imprevisível, é um corte sociológico do Brasil. Não há como condená-lo, sem condenar o País pelo povo que tem. Por isso, quando um deputado federal é informado de que ganha menos que um estadual, ou quando um senador é punido em seus contracheques por ausências episódicas, efetiva-se um moralismo maior que a taxa moral do País. O que faltou à Câmara foi habilidade para passar à opinião pública esses dados, que tornam injustificáveis os ganhos de um parlamentar. O deputado Luiz Henrique, primeiro secretário da Câmara, detém as prerrogativas para essa ação didatizadora.

Quanto às leis ordinárias e complementares, cuja regulamentação o deputado Ulysses Guimarães afirma irá liderar, o presidente da Câmara informa que já na sua primeira reunião da Mesa Diretora propôs um calendário para que tal esforço seja levado a cabo. Mas, inicialmente, tinham que aprovar o Regimento da Câmara. O sr. Paes de Andrade já reuniu mais vezes a Mesa do que em toda a última gestão do sr. Ulysses Guimarães.